PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

2012

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

2012

Copyright © 2012 – Presidência da República do Brasil

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e/ou sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original (www.presidencia.gov.br).

Crédito das Fotos: Secom/Divulgação, Acervo MS, MDA, Mapa, MDS, MEC, MMA, MPOG, SENAI/DN e Agência Brasil/EBC.

Tiragem: 4.000 exemplares

Impresso no Brasil

Dados Internacionais de Catalogação (CIP)

B823m Brasil. Presidente (2012-: D. V. Rousseff)
Mensagem ao Congresso Nacional, 2011: 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 2012.

468p. (Documentos da Presidência da República)

1. Mensagem Presidencial - Brasil, 2012. 2. Desenvolvimento Econômico - Brasil. 3. Infraestrutura – Brasil 4. Igualdade de Direitos – Brasil 5. Erradicação da Pobreza - Brasil. 6. Soberania Nacional - Brasil. 7. Cidadania - Brasil. 8. Transparência na Administração Pública - Brasil. 9. Ética - Brasil. I. Roussef, Dilma, 1947-. II. Título

CDD - 341.25117

República Federativa do Brasil

Presidenta da República
Dilma Rousseff

Vice-Presidente da República
Michel Temer

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Cardozo

Ministro de Estado da Defesa
Celso Amorim

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Antônio Patriota

Ministro de Estado da Fazenda
Guido Mantega

Ministro de Estado dos Transportes
Paulo Sérgio Passos

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Mendes Ribeiro Filho

Ministro de Estado da Educação
Aloízio Mercadante

Ministra de Estado da Cultura
Ana de Hollanda

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Paulo Roberto dos Santos Pinto

Ministro de Estado da Previdência Social
Garibaldi Alves

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Campello

Ministro de Estado da Saúde
Alexandre Padilha

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Fernando Pimentel

Ministro de Estado de Minas e Energia
Edison Lobão

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

Ministro de Estado das Comunicações
Paulo Bernardo

Ministro de Estado da Ciência , Tecnologia e Inovação
Marco Antonio Raupp

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Teixeira

Ministro de Estado do Esporte
Aldo Rebelo

Ministro de Estado do Turismo
Gastão Dias Vieira

Ministro de Estado da Integração Nacional
Fernando Bezerra Coelho

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Afonso Florence

Ministro de Estado das Cidades
Mário Negromonte

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura
Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira

Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Gleisi Helena Hoffmann

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Gilberto Carvalho

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
Ideli Salvatti

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Helena Chagas

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
José Elito Carvalho Siqueira

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Moreira Franco

Advogado-Geral da União
Luís Inácio Lucena Adams

Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União
Jorge Hage Sobrinho

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Luiza Bairros

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Iriny Lopes

Ministra de Estado Chefe da Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República
Maria do Rosário

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República
Leônidas Cristino

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Wagner Bittencourt

Senhoras e Senhores Parlamentares,

A abertura dos trabalhos do Congresso Nacional em um novo ano legislativo é expressão da maturidade e da força da democracia brasileira. Por isso, muito me honra dirigir-me aos parlamentares brasileiros para prestar contas das principais iniciativas do Executivo em 2011 e apresentar nossas expectativas para o ano que se inicia.

Primeiro ano de meu mandato como Presidenta da República, 2011 permitiu a reafirmação de nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável do Brasil.

No ano em que as grandes potências mundiais cresceram pouco ou, em alguns casos, retrocederam, o Brasil manteve-se em crescimento, com inflação sob controle, juros descendentes e aumento das reservas internacionais, e gerou quase 2 milhões de empregos, o segundo melhor resultado da nossa história.

Esses resultados são expressão do novo modelo de desenvolvimento que estamos consolidando, centrado no fortalecimento do mercado interno, na geração de emprego, distribuição de renda e investimentos. Com responsabilidade fiscal e monetária, temos adotado uma combinação de políticas macroeconômicas – fiscal e monetária – para manter o crescimento vigoroso e continuado e garantir a transformação do Brasil em um país de classe média.

A melhoria da nota do Brasil concedida pelas maiores agências de classificação de risco e os recorrentes recordes de entrada de investimento estrangeiro no País mostram o reconhecimento internacional da solidez de nossa economia e referendam o acerto de nossas ações no ano que passou.

Mas hoje não contamos apenas com o reconhecimento internacional. Contamos sobretudo com a confiança crescente dos brasileiros de que caminhamos, cada vez mais, rumo ao pleno desenvolvimento com oportunidades para todos.

Chegamos a 2012 certos de que o Brasil é capaz de dar continuidade ao seu desenvolvimento, enfrentando – com firmeza e otimismo – o cenário adverso que se vislumbra e que marcará a economia mundial neste ano.

A economia brasileira apresenta fundamentos sólidos. Possuímos instrumentos para manter uma trajetória de crescimento sustentável, sem desequilíbrios fiscais, inflacionários ou externos. Mais da metade da população brasileira já pertence aos estratos médios de renda. O motor de nosso crescimento tem sido, e continuará sendo, o fortalecimento de nosso mercado interno e o combate à pobreza.

Reafirmo o compromisso com a erradicação da extrema pobreza no Brasil. Para alcançar este objetivo, lançamos o Programa Brasil Sem Miséria, que mobiliza instrumentos e parcerias para tirar 16 milhões de brasileiros e brasileiras da extrema pobreza.

Os resultados alcançados nos primeiros seis meses do Plano mostram que estamos no caminho certo. Incluímos mais 1,3 milhão de crianças e adolescentes no Programa Bolsa Família. Por meio da Busca Ativa, localizamos 407 mil famílias que tinham direito ao Bolsa Família e ainda não o recebiam. Levamos assistência técnica a 37 mil famílias de agricultores familiares e distribuímos 375 toneladas de sementes. Iniciamos a construção de 315 mil cisternas, e 16 mil famílias já se habilitaram ao recebimento do Bolsa Verde.

A mobilização de Estados e Municípios foi fundamental para o alcance desses resultados. Firmamos pactos com todos osGovernadores dos Estados e do Distrito Federal, região por região. Mais importante, foram integrados ao Bolsa Família programas de transferência de renda de nove unidades da Federação – Amapá, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e São Paulo –, que complementarão o valor dos benefícios financeiros concedidos às famílias.

Em 2012, queremos avançar ainda mais nessas parcerias. Integrar mais programas estaduais de transferência de renda ao Bolsa Família, construir ações complementares para inserção produtiva urbana e acelerar a Busca Ativa em parcerias com Governos estaduais e municipais são estratégias a serem fortalecidas. Vamos garantir que, até o final deste ano, 200 mil famílias de agricultores familiares extremamente pobres estejam recebendo assistência técnica para aprimorar sua capacidade de produção e de geração de renda. Anteciparemos o cumprimento da meta do Bolsa Verde, que será pago, até o final de 2012, a 100% das famílias extremamente pobres que vivem ou trabalham em florestas nacionais, reservas extrativistas ou de desenvolvimento sustentável federal e que ajudam a preservar o ativo ambiental. Trabalharemos, em parceria, para avançar mais celeremente em direção à meta de tornar o Brasil um país sem miséria.

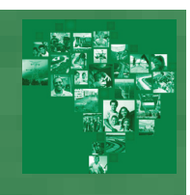
Já começamos a enfrentar uma das maiores demandas e preocupações da população brasileira, a melhoria da qualidade nos serviços de saúde. Em fevereiro de 2011, lançamos o Programa Saúde não tem Preço, que até dezembro já havia distribuído, gratuitamente, remédios para 2,7 milhões de pacientes em tratamento da hipertensão e para 990 mil em tratamento de diabetes nas mais de 20 mil unidades do Aqui tem Farmácia Popular. Em seguida veio o Rede Cegonha, para oferecer assistência às mulheres desde a confirmação da gravidez até os dois anos de vida do bebê, e que já conta com a adesão de nove estados, 800 municípios e 600 mil gestantes atendidas. Lançamos também o Plano Nacional de Fortalecimento das Ações de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento de câncer de colo de útero e de mama, que envolverá, até 2014, investimentos de R$ 4,5 bilhões. Em 2011, foram realizados 8,9 milhões de exames citopatológicos preventivos de câncer de colo de útero e 2,8 milhões de mamografias de rastreamento, fundamentais para a prevenção e o tratamento precoce dessas doenças.

A rede de atendimento da saúde também recebeu especial atenção. Iniciamos a reforma e a expansão das Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e das Unidades Básicas de Saúde (UBS), para desafogar os hospitais e conferir maior racionalidade à gestão da rede.

Com o Programa Melhor em Casa, vamos oferecer atenção domiciliar aos pacientes dos SUS. Até 2014, mil equipes de atenção domiciliar e 400 de apoio estarão atuando em todo o Brasil, para levar atendimento médico às casas de pessoas com necessidade de reabilitação motora, idosos, pacientes crônicos sem agravamento ou em situação pós-cirúrgica. Em parceria com municípios, vamos, em 2012, implantar 250 equipes de atenção domiciliar e 100 equipes de apoio em todas as regiões do País.

Em 2011, começamos, com o programa SOS Emergências, a enfrentar o desafio de melhorar a gestão e o atendimento em urgências e emergências. Em parceria com hospitais de excelência, iniciamos as ações para mudar a realidade dos prontossocorros brasileiros de onze grandes hospitais de referência em nove capitais. Até 2014, implantaremos essas ações em 40 hospitais.

Na área da Educação, nossa estratégia central é assegurar acesso ao ensino de qualidade para todos, da creche à pós-graduação, como um dos eixos do projeto de desenvolvimento que queremos para o Brasil.



Aprovamos, em 2011, a construção de 1.484 creches e pré-escolas por todo o Brasil e, em 2012, serão contratadas mais 1.500. Iniciamos nova etapa de expansão da rede federal de ensino superior e tecnológico, que prevê, até 2014, a criação de mais 208 unidades de educação profissional e tecnológica e quatro novas universidades federais, além de 47 campi universitários. Em 2012, 88 unidades de educação profissional e tecnológica e 20 campi universitários serão concluídos.

Demos continuidade ao Enem, ao Sisu, ao ProUni e aprimoramos o Fies, iniciativas fundamentais para a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil. Com o programa Ciência sem Fronteiras, ofereceremos, até 2014, 101 mil bolsas de estudo para que nossos melhores estudantes tenham oportunidade de formação nas melhores universidades do exterior. Neste início de 2012, 1.500 alunos de graduação já viajaram para começar seus estudos e outros 12.500 deverão fazê-lo ainda no primeiro trimestre.

Aprovado com celeridade graças ao empenho do Congresso Nacional, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec) entrou em vigor em outubro de 2011. Com ele, vamos oferecer, até 2014, 8 milhões de vagas em ensino profissionalizante e qualificação profissional aos nossos jovens e trabalhadores, para que ocupem os bons empregos que estão sendo criados com o crescimento econômico do Brasil. Em 2012, somente na modalidade de Bolsa Formação, oferecida pelas redes públicas e pelas escolas do Sistema S, serão ofertadas 550 mil vagas em curso de formação inicial e continuada, e 130 mil vagas em cursos técnicos para estudantes do ensino médio, trabalhadores reincidentes no seguro-desemprego e pessoas beneficiadas pelos programas de inclusão produtiva.

Também neste ano as ações previstas no âmbito do Viver sem Limite alcançarão plena implementação. Serão investidos R$ 7,6 bilhões até 2014 em ações de apoio e estímulo às pessoas com deficiência. Atuaremos na garantia de acesso à escola e de atendimento à saúde, no apoio à inserção profissional e na proteção, para reduzir os obstáculos que excluem ou limitam seu convívio social.

No ano que se inicia, queremos ampliar nossas políticas voltadas à primeira infância. Vamos avaliar as ações já em curso, para aprimorá-las, desenhar novas políticas e integrar as existentes, orientados pelo propósito de dar mais eficácia e escala ao atendimento às crianças de 0 a 5 anos. Porque se formos capazes de garantir mais e melhor atenção e proteção a essa faixa etária estaremos atuando sobre uma das origens da desigualdade em nosso país.

O programa "Crack, é possível vencer" terá especial atenção em 2012. Em parceria com Estados, Municípios e sociedade civil, aceleraremos a implantação de uma rede integrada de serviços e ações para garantir cuidado e tratamento para os dependentes químicos, reprimir o tráfico de drogas e o crime organizado e aprofundar o trabalho de prevenção e educação para evitar o consumo de drogas.

Não faltarão recursos orçamentários para as políticas sociais. O mesmo tratamento está garantido aos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e ao Minha Casa, Minha Vida, ambos fundamentais para propiciar a ampliação do investimento no País.

Mais emprego, desenvolvimento e infraestrutura continuarão sendo gerados pelo amplo e articulado conjunto de obras do PAC, que, em 2012, ganharão ímpeto ainda maior, em todo o território nacional, com investimentos de R$ 42,6 bilhões. Avançaremos nas parcerias com Estados e Municípios em obras de saneamento, de mobilidade urbana, de prevenção a

desastres naturais. A melhoria e expansão de nossa malha rodoviária, a expansão da malha ferroviária, os investimentos em hidrovias e intervenções em portos permitirão dar sequência aos esforços de melhoria da logística de escoamento de bens e serviços, com ganhos para a competitividade brasileira.

A segunda fase do Minha Casa, Minha Vida já está em curso. São mais dois milhões de moradias destinadas à população de renda baixa, com ênfase nas famílias com renda até R$ 1.600, às quais destinaremos 1,2 milhão de moradias. O investimento total no Minha Casa, Minha Vida 2 será de R$ 125,7 bilhões, dos quais R$ 72,6 bilhões para subsidiar a construção das moradias para as famílias de mais baixa renda.

Até dezembro de 2011, já haviam sido contratadas 457 mil moradias do Minha Casa, Minha Vida 2, além das 1,005 milhão de unidades do Minha Casa, Minha Vida 1. Mais importante, 540 mil moradias, construídas nas duas fases do programa, já foram entregues às famílias. Em 2012, contrataremos mais 600 mil unidades, deverão ser entregues 500 mil moradias às famílias beneficiárias e estarão em obra 700 mil unidades.

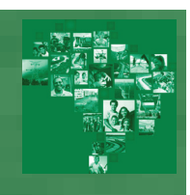
Iniciamos, em 2011, profunda reformulação do setor aeroportuário brasileiro. Fizemos mudanças institucionais, juntamente com a adoção de mecanismos de aprimoramento de gestão dos principais aeroportos. Os investimentos foram ampliados e realizamos a concessão do aeroporto de São Gonçalo do Amarante, em Natal, à iniciativa privada, entre outras ações.

Em 2012, investiremos mais e continuaremos aprimorando a gestão dos aeroportos públicos. Mas também faremos a concessão de três outros aeroportos à iniciativa privada – Guarulhos e Viracopos, em São Paulo, e Brasília. Queremos parcerias para garantir que os aeroportos brasileiros se modernizem e expandam em ritmo adequado e compatível com o extraordinário crescimento da demanda por esses serviços no Brasil.

Em 2011, adotamos ações para aprimorar a capacidade de resposta a desastres naturais e para diminuir seus efeitos sobre a população. Criamos o Sistema Nacional de Prevenção e Alerta de Desastres Naturais, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), a Força Nacional de Resgate do SUS e a Força Nacional de Apoio Técnico, com geólogos e hidrólogos. Ampliamos e modernizamos o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad). Em 2012, manteremos e aperfeiçoaremos esses sistemas, mas queremos avançar na implementação de projetos estruturantes, que equacionem o risco em áreas que, no passado recente, têm sido as mais afetadas pelos desastres naturais. Iniciamos a adoção dessa estratégia com os investimentos em contenção de encostas e drenagem. Avançaremos também, neste ano, na identificação de intervenções necessárias nas regiões críticas do País.

Os preparativos para a Copa de 2014 avançaram. Assim que o Congresso Nacional concluir a análise do projeto de Lei Geral da Copa, teremos finalizado todos os ajustes na legislação necessários ao cumprimento dos compromissos firmados com a FIFA. Todos os estádios estão em obra, apoiados por financiamento de R$ 3,4 bilhões do Governo Federal, por meio do BNDES, e os Estados sede estimam que oito deles estarão prontos ao final deste ano e os demais, em 2013. A rede hoteleira está em expansão, também apoiada por financiamento do BNDES e dos fundos constitucionais. Iniciaremos, no corrente ano, a implementação, em parceria com Estados sede da Copa, das ações necessárias ao plano de segurança para este evento.

Em relação aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, os preparativos também já foram iniciados, inclusive a formação de nossos atletas, cujo principal mecanismo de apoio, o Bolsa Atleta, foi aprimorado em 2011 e continuará sendo fortalecido em 2012.



Lançamos o Plano Estratégico de Fronteiras para fortalecer nossas fronteiras, prevenir e reprimir a criminalidade e intensificar a cooperação com os países vizinhos. O Plano integra de maneira inédita as Forças Armadas e os órgãos de segurança pública e está assentado em duas operações: a Sentinela, de fiscalização ostensiva e permanente, com ênfase em operações de inteligência, sob coordenação do Ministério da Justiça; e a Ágata, com intervenções concentradas e de caráter temporário, para ampliar a presença em pontos focais de nossas fronteiras, sob coordenação do Ministério da Defesa. Em 2011, foram realizadas duas Operações Ágata – na região dos municípios de Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, e na região da Tríplice Fronteira.

Em 2012, as ações do Plano Fronteiras terão continuidade e já estão planejadas três outras operações Ágata. Atuar de forma decisiva na proteção e no policiamento de nossas fronteiras é fundamental para evitar, cada vez mais, que drogas e armas cheguem aos nossos centros urbanos.

Frente à instabilidade do cenário internacional em 2012, a gestão econômica de nosso País nos exigirá disciplina e ousadia. Disciplina para assegurar a solidez de nossos fundamentos macroeconômicos, o que passa pelo alcance do superávit fiscal proposto para o corrente ano, pela atenção constante sobre a evolução dos preços e pela continuidade da redução da dívida pública brasileira como proporção do PIB e melhoria de seu perfil. Ousadia para adotar todas as medidas necessárias à continuidade do crescimento da produção e do emprego e para proteger nossa estrutura produtiva.

Começamos 2012 com importantes medidas nesta última direção. O reajuste do salário mínimo para R$ 622, em linha com a política de valorização proposta pelo Executivo e aprovada pelo Congresso Nacional em 2011, permitirá ganhos salariais à parcela importante de nossos trabalhadores e dos aposentados e pensionistas da Previdência Social, mantendo o dinamismo do mercado interno. Também já está em vigor correção de 4,5% na tabela do Imposto de Renda para pessoas físicas.

A correção das faixas de enquadramento do Supersimples, fruto de atuação célere e cooperativa do Executivo e Congresso Nacional, reduziu a tributação incidente sobre empreendedores individuais, micro e pequenas empresas, fundamentais para a geração de riqueza e de emprego em nosso país.

Desde janeiro, estão em vigor as novas faixas para enquadramento nos benefícios tributários para as micro e pequenas empresas, corrigidas em 50%: no caso das microempresas, passando de R$ 240 mil para R$ 360 mil e para as pequenas empresas, de R$ 2,4 milhões para R$ 3,6 milhões. Para os microempreendedores individuais, a faixa de enquadramento foi corrigida em 67%, passando de R$ 36 mil para R$ 60 mil.

Com o Crescer – Programa Nacional de Microcrédito, estamos oferecendo crédito barato aos pequenos empreendedores brasileiros, que podem tomar empréstimos de até R$ 15 mil, com taxa de juros de 8% ao ano e taxa de abertura de crédito de apenas 1%. Nossa meta em 2012 é atingir uma carteira ativa de 2,2 milhões de clientes.

Várias iniciativas adotadas quando do lançamento do Plano Brasil Maior exercerão impactos mais expressivos em 2012. Merecem destaque os programas de estímulos à inovação por meio da Finep e do BNDES, a política de margens de preferências para produtos nacionais nas compras governamentais, iniciada em novembro com os setores de calçados e confecções, a desoneração da folha de pagamentos para empresas de setores intensivos em mão de obra, o novo regime do setor automotivo e a desoneração das exportações.

Neste ano, avançaremos ainda mais no aprimoramento de nossas políticas de defesa comercial, para garantir que nossa indústria não seja submetida a práticas concorrenciais desleais, que podem colocar em risco o emprego e o próprio crescimento brasileiros.

A estratégia do Executivo em 2012 será, portanto, continuar fomentando um crescimento vigoroso da economia, lastreado em sólidos fundamentos, com estabilidade macroeconômica, redução das desigualdades, qualificação da força de trabalho, estímulos à inovação tecnológica e investimentos em infraestrutura. Queremos estimular o ingresso de investimentos produtivos, o adensamento maior de cadeias industriais e, principalmente, garantir a geração de cada vez mais oportunidades de ascensão econômica e social para os brasileiros e brasileiras.

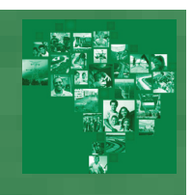
Nossa política externa é um componente essencial de um projeto nacional de desenvolvimento que articula crescimento e inclusão social, associa a preservação do meio ambiente ao atendimento das necessidades materiais de nosso povo e busca superar o subdesenvolvimento num marco de pleno respeito e aprofundamento da democracia.

O entorno regional seguirá como prioritário na política externa brasileira. Os países do continente são valiosos parceiros políticos e econômicos do Brasil. Com o Mercosul e a Unasul estamos avançando na coordenação nas esferas política, energética, de infraestrutura, de defesa, tecnológica, de saúde e de combate ao narcotráfico, o que revela o desejo da região de enfrentar de forma conjunta os desafios da globalização. Com a criação da Comunidade dos Estados da América Latina e Caribe – a Celac –, reafirmamos nosso desejo de atuar juntos sem tutela externa, com base em uma agenda traçada pela própria região.

Seguimos estreitando nossas relações diplomáticas e abrindo novos canais de diálogo político e de cooperação com os continentes africano e asiático e com o Oriente Médio. Com o grupo Brics reforçamos a concertação entre os principais países emergentes. Estados Unidos e Europa seguirão representando importantes parceiros com os quais manteremos intensas relações construtivas e equilibradas. Em todos esses quadrantes do globo, nossa rede consular continuará aperfeiçoando o tratamento conferido aos milhões de brasileiros que vivem no exterior.

Em um mundo em rápida transformação, é inadiável lidar com a reforma da governança global. A crise financeira internacional comprovou que a concentração do processo decisório nas mãos de poucos é inadequada. Sem a participação ativa dos países emergentes no G-20, os desequilíbrios globais não serão resolvidos. A chamada "primavera árabe" e o persistente conflito do Oriente Médio demonstram que a busca da paz e da segurança não podem depender da ação de poucos países e de receitas tradicionais. Precisamos reformar as Nações Unidas para torná-la mais eficiente e legítima. O Conselho de Segurança deve refletir as realidades atuais do mundo multilateral e multipolar que se consolida no limiar do século XXI.

O Brasil sabe, por experiência própria, que o desenvolvimento sustentável é a única forma de legarmos um mundo mais seguro e pacífico para as próximas gerações. Isso é o que nos move em nosso principal desafio multilateral em 2012, o de organizar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Essa será uma excelente oportunidade para recolocarmos o tema do desenvolvimento no centro da agenda internacional para os próximos anos e reafirmarmos o compromisso com a erradicação da pobreza no mundo.



A situação privilegiada de nosso País é resultado, sem sombra de dúvida, de um enorme esforço coletivo. Não somente do Governo Federal, mas do Legislativo, do Judiciário, dos Governos estaduais, municipais e de toda a sociedade, que se mostra cada vez mais consciente e atuante.

Quanto à relação entre Executivo e Congresso Nacional em 2011, o Brasil tem muito para se orgulhar desta Casa que, sempre que estiveram em debate temas estratégicos para nosso país e nossa população, atuou de forma crítica e independente, mas colaborativa, acima das divergências partidárias, para oferecer a melhor solução legislativa aos desafios de nosso processo de desenvolvimento.

Quero agradecer, portanto, ao Congresso Nacional pela grande contribuição que vem dando ao País, aprovando projetos fundamentais como o Plano Brasil Maior, a Desvinculação das Receitas da União (DRU), a política de valorização do salário-mínimo, a criação do Pronatec e a legislação do Brasil Sem Miséria, entre outras medidas de igual importância.

Destaco também a unanimidade na aprovação da Comissão da Verdade e a aprovação da Lei de Acesso a Informações Públicas. Dois avanços significativos, que contribuem para fortalecer e consolidar a democracia no Brasil e cuja ação efetiva e efeitos práticos já começarão a ser vivenciados em 2012.

Continuaremos trabalhando em conjunto com esta Casa para, através do debate democrático, avançar na reforma política. Entendemos que são necessárias mudanças que fortaleçam o sentido programático dos partidos brasileiros e aperfeiçoem as instituições, permitindo maior transparência ao conjunto da atividade pública.

Conto com a parceria do Congresso Nacional para darmos sequência, em 2012, à grande empreitada coletiva de construir um Brasil com uma economia dinâmica e mais justo. Um país sem miséria e repleto de oportunidades.

Muito obrigada.

Dilma Rousseff

Presidenta da República Federativa do Brasil

SUMÁRIO

I – DESENVOLVIMENTO COM EXPANSÃO DO EMPREGO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA 23

II – DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA 33

1. Plano Brasil Maior (PBM) 33
- a) Comércio Exterior 37
- b) Metrologia e Qualidade Industrial 41
- c) Propriedade Industrial 43
- d) Comércio e Serviços 44
- e) Artesanato e Pequenas e Microempresas 45
- f) Desenvolvimento Regional da Amazônia 46

2. Agronegócio 47
- a) Crédito Rural e Apoio à Comercialização 48
  - a.1) Crédito Rural 48
  - a.2) Apoio à Comercialização 49
  - a.3) Apoio à Cafeicultura 49
- b) Gerenciamento de Riscos Climáticos 49
  - b.1) Zoneamento Agroclimático 49
  - b.2) Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural 50
- c) Defesa Agropecuária 51
  - c.1) Saúde Animal 51
  - c.2) Sanidade Vegetal 53
  - c.3) Qualidade dos Produtos e Insumos Agropecuários 55
  - c.4) Sistema Laboratorial 56
  - c.5) Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária 57
- d) Fomento e Organização da Produção 57
- e) Negociações Internacionais e Promoção Comercial do Agronegócio 59
  - e.1) Negociações Internacionais Bilaterais e Multilaterais 59
  - e.2) Promoção Comercial do Agronegócio 59
  - e.3) Desempenho Exportador do Agronegócio 60
- f) Pesquisa Agropecuária 61
- g) Agroenergia 63

3. Turismo 64
- a) Planejamento, Normatização e Gestão da Política Nacional de Turismo 65
- b) Regionalização, Ordenamento e Segmentação Turística 66
- c) Desenvolvimento Local e Turismo de Base Comunitária (TBC) 67
- d) Produção Associada ao Turismo 67
- e) Promoção de Investimentos e Financiamentos para o Turismo 67
- f) Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo e Fundo Geral de Turismo 68
- g) Infraestrutura Turística 68
- h) Promoção do Turismo e do Produto Turístico Brasileiro 68
- i) Qualificação e Certificação em Turismo 69
- j) Relações Internacionais e Promoção Internacional do Turismo 70
- k) Grandes Eventos Esportivos 71

4. Trabalho e Emprego 71
- a) Evolução do Mercado de Trabalho Formal 71
- b) Valorização do Salário Mínimo 73
- c) Estímulo ao Investimento e à Geração de Emprego e Renda 73
- d) Garantia dos Direitos dos Trabalhadores 74
- e) Fomento à Democratização das Relações de Trabalho 77
- f) Políticas de Emprego, Trabalho e Renda que Promovem a Inclusão Social 78
- g) Estímulo à Economia Solidária 81

5. Inclusão Bancária e Microcrédito 82
- a) Crédito 82
- b) Acesso a Serviços Bancários 83
  - b.1) Contas Correntes Simplificadas 83
  - b.2) Crédito Consignado para Aposentados e Pensionistas do INSS 83
  - b.3) Banco Postal 83
- c) Microcrédito e Microfinanças 84

SUMÁRIO

6. Incentivo à Aquicultura e à Pesca 85

a) Aumento Sustentável da Produção Aquícola e Pesqueira 85
b) Inclusão Social e Produtiva 86
c) Infraestrutura Pesqueira e Aquícola 87
d) Gestão do Uso Ordenado do Recurso Pesqueiro 87
e) Controle Sanitário da Atividade Pesqueira 88
f) Estímulo ao Consumo e à Comercialização 89
g) Cooperação Internacional 89

7. Agricultura Familiar e Reforma Agrária 89

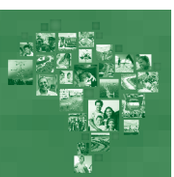
a) Agricultura Familiar 89
a.1) Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais – Brasil Sem Miséria 89
a.2) Políticas de Crédito, Garantia e Seguros para a Agricultura Familiar 90
a.3) Apoio à Comercialização 91
a.4) Biodiesel e Agricultura Familiar 92
a.5) Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar 92
a.6) Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Recuperação de Estradas Vicinais em Municípios de até 50 mil habitantes 93
a.7) Programa Territórios da Cidadania 93
a.8) Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais 94
a.9) Programa Arca das Letras 94
a.10) Políticas para as Mulheres Rurais 95
a.11) Política Internacional para Agricultura Familiar e Reforma Agrária 96
b) Reforma Agrária 97
b.1) Assentamentos e Incorporação de Terras à Reforma Agrária 97
b.2) Investimentos em Qualidade dos Assentamentos 97
b.3) Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) 98
b.4) Regularização Fundiária 98
b.4.1) Programa Terra Legal – Regularização Fundiária na Amazônia Legal 98
b.4.2) Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas 99
b.4.3) Cadastro de Terras e Regularização Fundiária 100

8. Desenvolvimento Regional 100

a) Política Nacional de Desenvolvimento Regional 100
a.1) Arranjos Produtivos Locais (APLs) 103
b) Infraestrutura Hídrica 103
c) Defesa Civil – Gestão de Riscos e Resposta a Desastres 105

9. Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável 106

a) Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) 107
b) Política e Plano Nacional sobre Mudança do Clima 108
b.1) Fundo Nacional sobre Mudança do Clima 109
c) Florestas 109
d) Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas 111
d.1) Bioma Amazônia 111
d.2) Bioma Cerrado 112
d.3) Biomas Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa 112
d.4) Números de Focos de Calor 113
e) Recursos Hídricos 113
e.1) Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) 113
e.2) Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas 114
e.3) Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos 114
e.4) Revitalização de Bacias Hidrográficas 114
e.5) Atlas de Abastecimento Urbano de Água 115
e.6) Programa de Desenvolvimento do Setor Águas – Interáguas 115
e.7) Atlas de Vulnerabilidade 116
f) Licenciamento e Qualidade Ambiental 116
f.1) Licenciamento Ambiental 116
f.2) Qualidade Ambiental 117
g) Proteção da Camada de Ozônio 117
h) Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve) 118
i) Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) 118
j) Resíduos Sólidos 119
k) Biodiversidade 120
k.1) Unidades de Conservação 120
k.2) Espécies Ameaçadas 121
l) Produção e Consumo Sustentáveis 121



m) Agenda Internacional 122
n) Gestão Ambiental Rural, Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais 123
n.1) Regularização Ambiental Rural 123
n.2) Bolsa Verde – Plano Brasil Sem Miséria 123
o) Gerenciamento Costeiro 124

10. Ciência, Tecnologia e Inovação 124
a) Promoção da Inovação 126
a.1) Fortalecimento da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) 128
a.2) Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) 128
a.3) Parques Tecnológicos 129
a.4) Tecnologias da Informação e da Comunicação 129
b) Ciência sem Fronteiras 130
c) Fortalecimento da Pesquisa e da Infraestrutura Científica e Tecnológica 132
c.1) Nova Fonte de Luz Síncroton (Sirius) 132
d) Política Nuclear 133
d.1) Energia Nuclear 133
d.2) Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) 134
d.3) Programa Nuclear da Marinha 134
d.4) Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro 135
e) Política Espacial 135
f) Ciência e Tecnologia para Defesa Nacional 136
g) Fomento à Sustentabilidade Ambiental e a uma Economia de Baixo Carbono 137
g.1) Etanol 137
g.2) Mar, Zona Costeira e Antártida e Instituto Nacional de Pesquisas sobre os Oceanos (Inpo) 137
h) Superação da Pobreza e Redução das Desigualdades Sociais 139
h.1) Cidades Sustentáveis 139
h.2) Tecnologias Assistivas 139

III – IGUALDADE DE DIREITOS E DE OPORTUNIDADES 143

1. Redução das Desigualdades, Proteção Social e Segurança Alimentar e Nutricional 143
a) Redução das Desigualdades 143
b) Plano Brasil Sem Miséria (BSM) 144
b.1) BSM e os Entes Federados 147
c) Políticas de Proteção Social e Segurança Alimentar e Nutricional 147
c.1) Programa Bolsa Família 148
c.1.1) Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal 150
c.2) Ampliação dos Serviços Socioassistenciais 151
c.2.1) Centro de Referência da Assistência Social 152
c.2.2) Benefício de Prestação Continuada 152
c.2.3) Proteção Social Especial 153
c.2.4) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil 154
c.3) Segurança Alimentar e Nutricional 154
c.3.1) Programa de Aquisição de Alimentos 155
c.3.2) Acesso à Água 155
c.3.3) Rede de Equipamentos 156
c.3.4) Cestas de Alimentos 157
c.3.5) Educação Alimentar e Nutricional 157
c.3.6) Fomento às Atividades Produtivas Rurais 157
c.3.7) Segurança Alimentar para Povos e Comunidades Tradicionais 157
c.4) Avaliação e Gestão da Informação 158

2. Juventude 158

3. Educação 159
a) Educação Básica 160
b) Educação Superior 165
c) Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos 169
d) Educação Profissional e Tecnológica 169
e) Educação e Diversidade 170
f) Cooperação Internacional 172
g) Financiamento da Educação 172
h) Democratização da Gestão Nacional da Educação 173
i) Indicadores e Avaliações 174
j) Ações Integradas 176

4. Saúde 177

a) Atenção Básica 177
a.1) Saúde Bucal 178
a.2) Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança 179
a.3) Rede de Atenção à Saúde Mental e ao Enfrentamento da Dependência de Crack e Outras Drogas 180
a.4) Saúde da Pessoa com Deficiência – Plano Viver Sem Limite 180
a.5) Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa: Garantia do Envelhecimento Ativo e Saudável 180
a.6) Saúde do Homem 181
a.7) Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, Articulado ao SUS, Observando as Especificidades desse Segmento Populacional 181
a.8) Contribuição da Saúde para a Erradicação da Extrema Pobreza 182

b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade 182
b.1) Transplantes 183
b.2) Sangue e Hemoderivados 183
b.3) Atenção às Urgências e Emergências 183
b.4) Atenção Domiciliar 184
b.5) Política Nacional de Assistência Oncológica 185

c) Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde 185
d) Desenvolvimento e Inovação no Complexo Produtivo da Saúde Voltados para a Redução da Vulnerabilidade do Acesso aos Serviços e à Assistência Farmacêutica 185
e) Assistência Farmacêutica no Âmbito do SUS 187
f) Redução dos Riscos e Agravos à Saúde Por Meio das Ações de Promoção e Vigilância 188
g) Vigilância Sanitária 190
h) Políticas de Alocação, Desenvolvimento e Democratização das Relações de Trabalho dos Profissionais e Trabalhadores da Saúde 192
i) Saneamento e Saúde Ambiental para a Promoção da Saúde e Redução das Desigualdades Sociais 193
j) Gestão Descentralizada e por Resultados 194
j.1) Participação Social 194
j.2) Ouvidoria e Participação Popular 195
j.3) Combate ao Desperdício, Transparência e Qualidade da Gestão 195

k) Saúde Suplementar 196

5. Políticas Afirmativas 197

a) Igualdade Racial 197
a.1) Estatuto da Igualdade Racial 198
a.2) Campanha Igualdade Racial é pra Valer 198
a.3) Ações Afirmativas 199
a.4) Povos e Comunidades Tradicionais 201
a.5) Programa Brasil Quilombola 201
a.6) Atuação Internacional 203

b) Política para as Mulheres 203
b.1) Autonomia Econômica e Social das Mulheres 204
b.2) Autonomia Cultural das Mulheres 205
b.3) Autonomia Pessoal 206
b.4) Gestão da Política Nacional para as Mulheres 209
b.5) Articulação Internacional 210

6. Direitos Humanos 211

a) Pauta Legislativa 211
b) Participação Social e Governamental 211
c) Pessoas com Deficiência 212
d) Criança e Adolescente 214
d.1) Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes 214
d.2) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) 215
d.3) Sistema de Garantia de Direitos 215
d.4) Observatório da Criança e do Adolescente 215
d.5) Convivência Familiar e Comunitária 216
d.6) Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) 216

e) Promoção e Defesa dos Direitos Humanos 216
e.1) Direitos Humanos e Segurança Pública 216
e.2) Garantia e Proteção de Direitos 217
e.3) Erradicação do Trabalho Escravo 217
e.4) Saúde Mental e Combate à Tortura 217
e.5) População em Situação de Rua 218
e.6) Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) 218
e.7) Registro Civil de Nascimento (RCN) 219
e.8) Direitos da Pessoa Idosa 219

e.9) Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) 219
e.10) Educação em Direitos Humanos 220
e.11) Centros de Referência em Direitos Humanos 221
e.12) Diversidade Religiosa 221
f) Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos 221
g) Direito à Memória e à Verdade 222
h) Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos 222
i) Comunicação 223
j) Atuação Internacional 223
k) Promoção e Valorização da Cultura em Direitos Humanos 223
l) Mecanismos de Controle e Monitoramento das Políticas Públicas de Direitos Humanos 224

7. Previdência Social 224
a) Regime Geral de Previdência Social (RGPS) 225
a.1) Inclusão Social 225
a.2) Ampliação da Cobertura Previdenciária 225
a.3) Saúde do Trabalhador 226
a.4) Atendimento ao Cidadão 226
b) Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) 227
c) Relações Internacionais da Previdência Social 227
d) Previdência Complementar 227

8. Cultura 228

9. Esporte 232
a) Programa Segundo Tempo 232
b) Programa Esporte e Lazer da Cidade 234
c) Jogos dos Povos Indígenas 234
d) Rede Cedes 234
e) Inclusão Social pelo Esporte 234
f) Infraestrutura Esportiva 235
g) Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão 235
g.1) Apoio às Modalidades Esportivas em 2011 235
g.2) Bolsa-Atleta 235
g.3) Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) 236
g.4) Preparação para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 236
h) Prevenção à Violência nos Estádios e Defesa dos Direitos do Torcedor 236
i) Jogos Mundiais Militares 237
j) Futebol 237
k) Preparação para a Copa das Confederações FIFA 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014 237
l) Lei de Incentivo ao Esporte 237

10. Programa Luz para Todos 238
a) Ações Integradas no Âmbito do LPT 238

11. Inclusão Digital 239
a) Telecentros 239
b) Programa Governo Eletrônico – Serviços de Atendimento ao Cidadão 240
c) Cidades Digitais 240
d) Capacitação no Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação para a Juventude Rural 241

12. Justiça e Segurança Pública 241
a) Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas 241
b) Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras 243
c) Segurança Pública com Cidadania 244
d) Combate à Criminalidade 244
e) Segurança de Grandes Eventos 245
f) Sistema Penitenciário Federal 246
g) Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica 247
h) Reforma do Judiciário e Democratização do Acesso à Justiça 248
i) Assuntos Legislativos 249
j) Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Tráfico de Pessoas 250
k) Cooperação Internacional e Direito Migratório 251
l) Combate à Pirataria e outros Delitos contra a Propriedade Intelectual 251
m) Anistia Política 252

SUMÁRIO

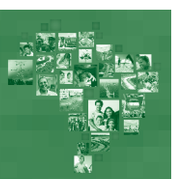
IV – INFRAESTRUTURA PARA TODOS: DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA 255

1. Energia 255
a) Energia Elétrica 255
a.1) Geração 255
a.2) Transmissão 256
a.3) Distribuição e Tarifas de Energia Elétrica 257
a.3.1) Redes Elétricas Inteligentes – Smart Grid 257
a.3.2) Tarifa Social de Energia Elétrica 258
a.4) Leilões de Geração e de Linhas de Transmissão 258
a.5) Expansão da Geração e de Linhas de Transmissão 260
a.6) Planejamento do Setor Elétrico 260
a.7) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas (Proinfa) 260
a.8) Eficiência Energética 260
a.9) Regulação e Fiscalização do Setor Elétrico 261
a.10) Licenciamento Ambiental dos Projetos do Setor Elétrico 262
b) Petróleo, Gás e Biocombustíveis 263
b.1) Reservas, Exploração e Produção 263
b.2) Marco Legal do Setor de Petróleo e Gás 264
b.3) Contrato de Cessão Onerosa 265
b.4) Rodadas de Licitações de Blocos 266
b.5) Política para Empresas de Pequeno e Médio Porte 266
b.6) Planejamento, Desenvolvimento e a Manutenção das Atividades Exploratórias de Petróleo e Gás Natural – Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás 266
b.7) Refino e Petroquímica 266
b.8) Infraestrutura de Transporte de Gás Natural 267
b.8.1) Implantação de Terminais de Gás Natural Liquefeito (GNL) 267
b.8.2) Fertilizantes Nitrogenados 268
b.9) Prominp e Conteúdo Local de Bens e Serviços 268
b.10) Hidrogênio 269
b.11) Biocombustíveis 269
b.11.1) Biodiesel 270
b.11.2) Etanol 271
b.12) Regulação, Fiscalização e Expansão do Setor de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis 272
c) Geologia e Recursos Minerais 274
c.1) Gestão dos Recursos Minerais 274
c.2) Outorga de Títulos Minerários e Fiscalização 275
c.3) Carteira Prioritária de Investimento de Geologia e Recursos Minerais 275

2. Transportes 276
a) Transporte Rodoviário 277
a.1) Manutenção de Rodovias 277
a.2) Expansão da Malha e Adequação de Capacidade 278
a.3) Concessões Rodoviárias 281
a.4) Serviços de Transporte Rodoviário 282
b) Transporte Ferroviário 283
b.1) Expansão da Malha Ferroviária 283
b.2) Adequações na Malha Ferroviária 284
b.3) Transporte Ferroviário de Passageiros 285
b.4) Regulação do Transporte Ferroviário de Carga 285
c) Transporte Hidroviário 286
d) Fomento à Indústria Naval 288
e) Transporte Marítimo 288
e.1) Infraestrutura Portuária 289
e.2) Licenciamento Ambiental 290
e.3) Gestão e Desenvolvimento Institucional Portuário 291

3. Aviação Civil e Infraestrutura Aeroportuária 292
a) Gestão Aeroportuária e dos Serviços Aéreos 292
b) Segurança e Meio Ambiente 294
c) Expansão da Infraestrutura Aeroportuária 294

4. Comunicações 297
a) Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) 298
b) Avanços da Regulação de Telecomunicações 299
c) Inovação em Telecomunicações 300



d) Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações 301
e) Serviços Postais 301
e.1) Universalização dos Serviços Postais 301
e.2) Exportação por Remessas Postais 301
e.3) Atuação no Âmbito Internacional 302
e.4) Serviços de Interesse Coletivo 302
f) Radiodifusão 302
f.1) Radiodifusão Comunitária 302
f.2) Demais Serviços de Radiodifusão 302
f.3) TV Digital 303
f.4) Digitalização dos Serviços de Radiodifusão Sonora 303

5. Saneamento 303
a) Medidas Estruturantes 304
b) Investimentos em Saneamento Básico 305

6. Habitação 309
a) Política Nacional de Habitação 309
b) Investimentos em Habitação e Financiamento ao Setor Público 310
c) Financiamentos Habitacionais para Pessoas Físicas 311
d) Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) 312
e) Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica 312
f) Qualidade e Produtividade 313

7. Planejamento e Gestão Territorial Urbana 313

8. Mobilidade Urbana 315
a) Política Nacional de Mobilidade Urbana 315
b) Investimentos em Infraestrutura de Mobilidade Urbana 316
c) Transporte Metroferroviário 317

9. Trânsito 319

V – SOBERANIA NACIONAL: PRESENÇA ATIVA DO BRASIL NO MUNDO 323

1. Política Externa 323
a) Integração Regional 323
b) Relações Bilaterais 325
c) Diplomacia Multilateral e Participação do Brasil nos Grandes Debates da Atualidade 328
d) Negociações Econômico-Comerciais 332
e) Cooperação Técnica 333
f) Cooperação em Ciência e Tecnologia e Diplomacia Cultural 334
g) Comunidades Brasileiras no Exterior 335

2. Soberania 336
a) Participação do Governo Brasileiro em Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti (Minustah) e Outras Missões de Paz 338
b) Operações Combinadas e Conjuntas 338
c) Defesa Nacional 339
c.1) Defesa Naval 339
c.2) Defesa Terrestre 341
c.3) Defesa Aérea 342
d) Atividade de Inteligência 343
e) Segurança da Informação 344

VI – DIÁLOGO SOCIAL E CIDADANIA 347

1. Informação ao Cidadão 347

2. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) 349

3. Democracia e Diálogo 350
a) Conferências Nacionais, Conselhos e Fóruns de Diálogo 351
b) Pauta dos Movimentos Sociais do Campo 354
c) Pauta dos Movimentos Sociais Urbanos 354
d) Pautas Diversas 355
e) Diálogos com Povos e Comunidades Tradicionais 355
f) Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 355
g) Atuação Internacional 356

g.1) Fórum Social Mundial 356
g.2) Política Externa e Participação Cidadã 356
g.3) Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) 356
g.4) Mercosul 357

4. Relações Institucionais 357
a) Articulação com o Poder Legislativo 357
b) Articulação Federativa 359

VII – ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE NOS SERVIÇOS AO CIDADÃO 365

1. Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos 365
a) Arrecadação Tributária Federal 366
b) Resultado Fiscal 367
c) Administração da Dívida Pública 367
d) Fortalecimento do Investimento Público 368
e) Apoio aos Estados e Municípios 368
f) Dívida Ativa da União 370
g) Programa Nacional de Educação Fiscal 370

2. Informatização de Serviços – Investimento em TI 370

3. Transparência na Administração e Controle Social 372

4. Produção e Disseminação de Dados 373

5. Valorização dos Servidores e Gestão de Pessoas na Administração Pública Federal 374

6. Planejamento e Gestão 377
a) Elaboração do Plano Plurianual (PPA 2012-2015) 377
b) Monitoramento e Gestão do PAC 378
c) Gestão do Patrimônio da União 378
d) Atendimento ao Cidadão 380
e) Melhoria de Competências em Gestão Pública 381
f) Cooperação Internacional para Melhoria de Gestão 381
g) Inovações em Gestão 383
h) Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade 383

7. Regulação de Mercados 384
a) Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação 384
b) Regulação e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional 386
c) Regulação e Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários 386
d) Regulação e Supervisão do Mercado de Seguro e Resseguro 387
e) Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) 388

8. Ações de Prevenção e Combate à Corrupção 389
a) Ações de Prevenção 389
b) Controle Interno 390
c) Medidas Corretivas 392
d) Ouvidoria 392
e) Combate à Lavagem de Dinheiro 393

9. Consultoria, Assessoramento Jurídico e Defesa Judicial da União 394

ANEXO – RELATÓRIO ANUAL SOBRE A SITUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PAÍS E AS ATIVIDADES DO CONSELHO (ART. 130-A, § 2º, V DA CONSTITUIÇÃO) 397